



1  
2  
3 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN EM 2016**  
4 **17 de Junho de 2016**  
5 **São Sebastião**  
6

7 **1. ABERTURA.**

8 Paulo André Cunha Ribeiro Vice-Presidente do Comitê Litoral Norte (Maranata Ecologia) agradeceu as  
9 presenças e deu as boas vindas constatando quórum iniciou os trabalhos. Helena Gonçalves Kawall  
10 (Prefeitura de Ubatuba) solicitou incluir na pauta informações sobre a Agência de Bacia.

11 **2 - LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN EM 2015.**

12 Com solicitação de alteração de redação enviadas à Secretaria foi aprovada a Ata.

13 **3 - APRESENTAÇÃO DEVOLUTIVA DAS CTS E GTS SOBRE O TRABALHO REALIZADO EM 2015 E**  
14 **PLANO DE TRABALHO PARA O ANO DE 2016.**

15 As apresentações contaram com recurso visual do Datashow, de forma sintética e abrangendo dois  
16 principais pontos, Fábio Bertini Godoy, Coordenador Câmara Técnica de Saneamento – CT-SAN disse  
17 que realizaram reuniões conjuntas também com as outras CTs sobre os diagnósticos dos Planos de  
18 Bacia, que a composição dos membros é tripartite, tiveram palestra da Sabesp pelo engenheiro Américo  
19 enviaram ofício para SSRH solicitando fortalecimento do DAEE no Litoral Norte, fizeram análise de  
20 financiamento dos projetos principalmente os voltados para a área de saneamento e atualizaram o  
21 relatório de situação 2015, ano base de dados 2014, criaram um Grupo de Trabalho reavaliando alguns  
22 indicadores principalmente o da coleta de esgoto, publicam boletim semanal, e possuem diversos Grupos  
23 Técnicos de trabalhos, sendo um deles o de comunidades isoladas. Sobre o ano de 2015 foram diversos  
24 trabalhos, onde a Cetesb e a Polícia Ambiental como suplente compartilharam de uma cadeira na CT.  
25 Para 2016 desejam seguir com os trabalhos de segurança da água, o GT Comunidades Isoladas e o de  
26 Indicadores, também o novo plano executivo da Sabesp e sua relação com os planos municipais de  
27 saneamento que ainda não está clara por causa de questões contratuais, mas até o fim do ano  
28 pretendem avançar, ainda a sensibilização dos candidatos a Prefeitos para o atendimento dos itens  
29 constantes no Plano de Bacia, estando também perto da finalização do trabalho “Visualização das águas  
30 marinhas costeiras”. Foi solicitado incluir o diagnóstico socioambiental no Plano de Bacias.

31 Fernando, Relator da Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos Institucionais – CT-PAI apresentou a  
32 relação das Deliberações aprovadas, a proposta de Oficinas de capacitação de tomadores, o  
33 acompanhamento dos trabalhos da vertente litorânea, o processo de revisão do Plano de Bacia e o  
34 Relatório de Situação 2016 ano base 2015 que deve ser concluído ao final de novembro. Em 2015  
35 realizaram 9 reuniões e 1 conjunta porém com um problema crônico de participação levantando a  
36 necessidade de repensarem esta no Comitê. Como novidade o Plano quadrienal de investimentos do  
37 Comitê com o nível de investimento necessário em relação aos recursos necessários, além de  
38 promoverem a revisão do Estatuto interno. Apresentou também os trabalhos do GT Cobrança  
39 esclarecendo que ficaram um tempo sem atividades em 2015. Que o CT-COB fez a avaliação da  
40 cobrança pelo Comitê aprovada em outubro 2014 em meados de julho foram feitos ajustes de correções  
41 necessários e levantamento de novos dados, a partir da reunião de setembro de 2015, complementou  
42 dizendo: “ajustando o que precisaríamos fazer para dar continuidade ao processo com diversos trabalhos  
43 caracterizando o custo operacional por uma demanda da Fiesp, mas que foi na verdade impossível de ser  
44 sanado gerando muitas dificuldades. Conseguimos dados do IBGE que são dados nacionais tentando  
45 fazer a estimativa da realidade local, encaminhando o estudo para as indústrias aguardando  
46 manifestação e até meados de dezembro somente uma empresa se manifestou dizendo que não era  
47 indústria, e de fato a Transpetro é unidade logística. Ainda temos dados para serem coletados da Cetesb  
48 e então estamos nessa fase de coleta dos novos dados para atender as demandas adicionais que nos  
49 foram feitas. Recentemente recebemos os dados da Sabesp e precisamos pegar para fazer as análises.

50 Pedro Fernando, pela Câmara técnica Educação Ambiental relatou que as atividades de 2016 ficaram  
51 vinculadas às de 2015, sendo que em 2015 o evento mais substancial foi participação no Workshop  
52 Segurança Hídrica com o encaminhamento e levantamentos de ações para projetos de educação  
53 ambiental possibilitando vincular ao diagnóstico do Plano de bacias. Para 2016 haverá a definição do  
54 planejamento promovendo reuniões mensais para atender as demandas como a elaboração do Plano  
55 diretor e as políticas de educação ambiental. Em 2017 pretendem estruturar o fórum regional de  
56 educação ambiental para poder contar com recursos de outras fontes que não só as Prefeituras.  
57 Elaboraram um guia de professores com um resumo do relatório de situação aplicando dentro das  
58 escolas e também promoveram um documento norteador para os candidatos às eleições. Realizaram em  
59 2016 3 reuniões com reuniões articuladoras inclusive com a Sabesp para disponibilidade de carros para  
60 poderem participar nas reuniões da Coordenadoria de educação ambiental em São Paulo. Vão definir as  
61 metas de educação ambiental, e o diagnóstico no Plano de Bacias.

62 Silas, representando o Grupo de Trabalho de Agroecologia e Sistemas Florestais, apresentou as  
63 atividades também em um banner expondo todos os trabalhos. Em 2014 elaboraram o Plano de Ação  
64 com a missão e visão, sendo que a Agroecologia propõe mudança significativa no uso e forma da  
65 produção agrícola, no manejo da propriedade rural adotando as boas práticas ambientais e agrícolas  
66 visando reduzir os insumos da propriedade, principalmente os químicos, com potencial contaminante dos  
67 recursos naturais e do próprio agricultor. Da propriedade rural repensando o planejamento ambiental, as  
68 APPs, adequação ambiental da propriedade em todas as fontes de poluição e a questão do saneamento.  
69 Realizaram oficinas definindo três diretrizes: comercialização e consumo com a valorização do agricultor  
70 garantindo escoamento de toda sua produção na cidade, vinculado ao comércio justo dos produtos e  
71 consumo consciente da sociedade, na produção apoio técnico ao agricultor com práticas agroecológicas,  
72 e na terceira diretriz, integrando os três, uso e conservação dos recursos naturais apoiando o produtor, o  
73 proprietário rural na organização ambiental do imóvel com a regularização de suas atividades produtivas.  
74 Em 2015 mudaram o foco de atuação, em vez de Grupo Executor de ação fortaleceram as atividades e  
75 atribuições continuando com a divulgação e disseminação da Agroecologia com alguns intercâmbios nas  
76 ações dos grupos participando de algumas visitas durante o ano, com parceria da rede de saneamento  
77 do litoral, da DERSA e Concessionária Tamoios tentando entender melhor as estações ecológicas da  
78 obra do contorno sul e norte, culminando em um acordo com o DER onde o Edital selecionará áreas para  
79 práticas Agroecológicas, com preferência para a contratação da mão-de-obra local para execução de  
80 restaurações. Apoiaram os pequenos proprietários rurais da região para o cadastro ambiental rural com  
81 todos os dados públicos, e os dados parciais dos imóveis que precisam passar por validação da SMA.  
82 Para 2016 aumentaram a elaboração participativa de projetos FEHIDRO com a instituição facilitadora,  
83 também atuando nos municípios com a disseminação do programa nacional de alimentação consolidando  
84 a formação de alguns coletivos em parceria com o agricultor, principalmente em São Sebastião  
85 consolidando o estreitamento da relação do agricultor-consumidor.

#### 86 **4 - Deliberações:**

##### 87 **4.1 - Apreciação e Aprovação da Deliberação CBH-LN Nº167/2016 de 17/06/2016 – “Indica** 88 **empreendimentos para investimento dos recursos FEHIDRO para o ano de 2016 e dá outras** 89 **providências”;**

90 Marcio pela Secretaria Executiva apresentou a minuta, em síntese: dos critérios para análise Deliberação  
91 que define a aplicabilidade dos recursos, estabelece prazos e critérios e a minuta que estipula e aprova o  
92 cronograma MPO FEHIDRO e as legislações e normas técnicas. Dos procedimentos formaram uma  
93 equipe multidisciplinar para análise dos tivemos vários projetos com escopo de obras, drenagem e  
94 educação ambiental. A análise teve como foco a pertinência ou incompatibilidade com o Plano de bacias  
95 além da observância das demandas induzidas. Dos prazos: até dia 30 de junho de 2016 para a Secretaria  
96 encaminhar à SECOFEHIDRO os projetos aprovados. Dos valores R\$ 2,8 milhões para os recursos  
97 sendo total das propostas totalizando aproximadamente R\$ 4.218.000,00, com total de projetos para  
98 demanda induzida de aproximadamente R\$ 990.000,00 e demanda espontânea R\$ 1 milhão. Apresentou  
99 as propostas de encaminhamento com o saldo de R\$ 757.000,00. Apresentou a proposta com os três  
100 aprovados pelos recursos disponíveis além da proposta com a situação cadastral e com os dois no banco  
101 de projetos, três reprovados na demanda induzida R\$ 980.000,00 e cerca de R\$ 1.100.000 na demanda

102 espontânea com total a ser deliberado R\$ 2.000.080,00, sobra de aproximada R\$ 750.000,00. Pela  
103 Deliberação 2 inabilitados no processo de hierarquização por não atenderem as condicionantes  
104 solicitadas pelas CT resultando em 5 empreendimentos recomendados para investimentos FEHIDRO,  
105 empreendimentos recomendados para empreendimentos 03 como demanda induzida e 02 demanda  
106 espontânea, e 02 entidades proponentes recomendadas diretamente para investimento enquadrada  
107 como demanda induzida não obtiveram em tempo hábil a regularização do certificado para entidade  
108 recomendado para o empreendimento do banco FEHIDRO, no entanto tinham providenciado os trâmites  
109 necessários deste protocolo das propostas aguardando a emissão do documento, não podendo inabilitar  
110 no primeiro momento. Alteração para o Artigo 2º o empreendimento elencado no quadro 3 do anexo I fica  
111 indicado para compor uma Carteira de Empreendimentos Suplentes, que serão encaminhados para  
112 financiamento em caso de disponibilidade de saldo residual sujeito à disponibilidade de valores a serem  
113 designados por meio de uma Deliberação específica do COFEHIDRO. Para os projetos indicados a  
114 entrega de toda documentação devidamente assinada deve se dar até o dia 23 de junho, a proposta  
115 eletrônica ou o recibo no site com a lista dos documentos a serem entregues, toda documentação  
116 devidamente impressa e assinada com o recibo da proposta eletrônica. Na ampla participação da  
117 plenária, Fernando fez a observação que como não tinham tempo hábil poderia haver melhorias na  
118 redação da Deliberação, com texto mais sintético indicando os projetos, os indicados, categorias, valores  
119 e o histórico, com transparência. Esclareceu que um dos projetos foi recusado porque a proposta era  
120 fazer um plano regional de resíduos sólidos, porém não estava contemplado na Deliberação 133/2013 em  
121 nenhuma ação e só podem financiar o que está no Plano de bacia. Helena sugeriu que os três projetos  
122 indicados poderiam estar na Deliberação. Marcio opinou que poderiam estar no anexo 2 como histórico.  
123 O Vice-presidente disse que na própria Deliberação 167/2016 já consta o histórico e poderia constar em  
124 Ata. **Foi aprovada por unanimidade a DELIBERAÇÃO CBH-LN Nº 167, de 17 de Junho de 2016**  
125 indicando os empreendimentos para investimento dos recursos do FEHIDRO para o ano de 2016 e dá  
126 outras providências. O Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – CBH-LN, no uso de suas  
127 atribuições legais e considerando, a Deliberação CBH-LN Nº 164, de 11 de Dezembro de 2015, que  
128 estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para análise, pontuação e classificação dos projetos  
129 para fins de indicação de financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos –  
130 FEHIDRO destinados à área de atuação do CBH-LN; as regras definidas pelo Conselho de Orientação do  
131 Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO contidas no Manual de Procedimentos aprovado  
132 em julho de 2015 pela Deliberação COFEHIDRO Nº 158/2015; o total de recursos da cota parte do  
133 FEHIDRO oriundo da compensação financeira dos aproveitamentos hidroenergéticos em seu território e  
134 dos royalties da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional a serem repassados pela União ao Tesouro do  
135 Estado, disponíveis para investimento no âmbito do CBH-LN no ano de 2016, soma R\$ 2.838.691,52  
136 conforme disposto na Deliberação COFEHIDRO Nº 163 de 29 de janeiro de 2016; que no pleito do ano  
137 em curso foram analisados e hierarquizados pelas câmaras técnicas um total de 08 (oito)  
138 empreendimentos, somando uma demanda de R\$ 4.218.037,01 de recursos FEHIDRO solicitados; que  
139 dos 08 empreendimentos analisados, um foi desclassificado na primeira fase do processo por não estar  
140 em conformidade com a Deliberação CBH-LN Nº 133/2013, que estabelece as metas e ações do Plano  
141 de Bacias 2012-2015, e dois foram desclassificados no processo de hierarquização por não atenderem as  
142 condicionantes solicitadas pelas câmaras técnicas. Do total restante, 03 (três) foram enquadrados como  
143 Demanda Induzida e 02 como Demanda Espontânea, conforme Quadro 1 e 2 do Anexo I desta. Delibera:  
144 Artigo 1º. - Ficam indicados para fins de financiamento com recursos da cota parte do Fundo Estadual de  
145 Recursos Hídricos – FEHIDRO deste Comitê de Bacias Hidrográficas, os empreendimentos elencados  
146 como Demanda Induzida e Demanda Espontânea, conforme Quadro 1 e 2 do Anexo I relacionados em  
147 ordem hierarquizada, nos termos da Deliberação CBH-LN Nº 166, de 19 de fevereiro de 2016. Artigo 2º -  
148 O empreendimento elencado no Quadro 3 do Anexo I fica indicado para compor uma Carteira de  
149 Empreendimentos Suplentes, em caso de disponibilidade de saldo residual designado por meio de  
150 Deliberação específica do COFEHIDRO. Artigo 3º- Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua  
151 publicação no Diário Oficial do Estado. ANEXO I: QUADRO I - EMPREENDIMENTOS ENQUADRADOS  
152 COMO DEMANDA INDUZIDA, QUADRO II - EMPREENDIMENTOS ENQUADRADOS COMO DEMANDA  
153 ESPONTÂNEA, QUADRO III – CARTEIRA DE EMPREENDIMENTOS SUPLENTES.

154 **5- INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA.**

155 Sobre a Agência de Bacia Hidrográfica na composição do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo  
156 solicitaram para o Estado indicar seus representantes, no entanto apenas duas secretarias fizeram suas  
157 indicações. Apesar de previsto em Lei custeio pelos municípios a posição do Estado é que é um alto risco  
158 e não apoiarão esse formato entendendo que antes de instalar a Agência é necessária a implantação da  
159 cobrança pelo uso da água, depois reavaliam a sustentabilidade financeira baseada na cobrança, sendo  
160 viável assinam com apoio. O Vice-presidente esclareceu que a proposta e para aprovação em plenária  
161 Ordinária agendada para o dia 16 de dezembro, com a CTCob encerrando os trabalhos apresentando em  
162 uma plenária extraordinária. Com a implantação da Agência poderão fortalecer todos os trabalhos que  
163 precisam desenvolver.

164 **5.1-INFORME SOBRE O ANDAMENTO DA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO PLANO DE**  
165 **BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE.**

166 **5.2 – ORIENTAÇÕES DO CORHI SOBRE PLANO DE BACIAS (OFICINA OCORRIDA NOS DIAS 30 E**  
167 **31 DE MAIO EM SÃO PAULO) PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTO PLURIANUAL E**  
168 **CRONOGRAMA DE ENTREGA DO PLANO DE BACIAS PARA EFEITO DE RATEIO DOS RECURSOS**  
169 **DE INVESTIMENTO DO FEHIDRO.**

170 Fábio Luciano Pincinato, Secretário Executivo do CBH-LN disse que estão na fase de revisão do  
171 diagnóstico, posteriormente prognóstico com a definição do plano de ação e plano de investimentos para  
172 os próximos anos. Devem incluir para melhorar o diagnóstico as pressões sobre os recursos hídricos,  
173 analisando quais são os órgãos responsáveis, definindo os que poderiam ter informações, conseguindo  
174 pelo Comitê estreitar a comunicação com troca de informações já recebendo informações do IPT, IG,  
175 DAEE, CBNR, e outras que solicitaram maior prazo. As orientações do CORHI-Conselho de Orientação  
176 dos recursos hídricos sobre o plano de bacia deram várias sugestões propondo abordagem de forma  
177 plurianual separando projetos e as primeiras abordagens em três quadriênios partindo da visualização a  
178 longo prazo acompanhando o investimento e alocando recursos em cada tema direcionando ainda mais a  
179 aplicação dos recursos FEHIDRO e da cobrança. O plano atual vence em 2015, foi prorrogado para 2016,  
180 e em 2017 poderão pela Câmara técnica de Planejamento rever o Plano de Bacia.

181 **6- INFORMES GERAIS.**

182 Em julho será realizada a primeira oficina do projeto de integração e articulação dos Comitês CBH-LN,  
183 CBH-BS e CBH Vale Paraíba. Foi convidada a Petrobrás para levantar quais projetos financiou nos  
184 últimos seis ou sete anos, relacionados aos recursos hídricos e solicitaram toda documentação que é  
185 muito interessante do ponto de vista de análise da política pública do Comitê.

186 **7- ENCERRAMENTO**

187 O Vice-presidente lembrou que acontecem as reuniões municipais do gerenciamento costeiro e é  
188 importante a representação do Comitê inclusive na demanda para todos os empreendimentos analisarem  
189 a demanda hídrica baseada no Plano de Bacia do Comitê Litoral Norte.

190 Tendo sido cumprida a pauta Paulo André Cunha Ribeiro Vice-Presidente do Comitê Litoral Norte  
191 agradeceu a todos e encerrou a reunião.

192 Ata elaborada pelo taquígrafo Dartan Gravina, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta Reunião  
193 Plenária Ordinária de 2016.